

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT): NOTAS DA SUA ATUAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Jorge Ulisses Guerra Villalobós* e Geovanio Rossato†

RESUMO. Este trabalho pretende fornecer algumas “pistas” para se entender a Comissão Pastoral da Terra - organismo pastoral da Igreja Católica no Brasil, na sua atuação no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra, Teologia da Libertação, Movimentos Sociais, Paraná

LAND'S COMMISSION PASTORAL (CPT): NOTES THE RIGHT IN PARANA STATE

ABSTRACT. The objective of this work is to give some “glues” how to know the Land's Commission Pastoral - the organism of Brazilian Catholic Church, in Parana State.

Key words: Land's Commission Pastoral, Theology of freedom, Social Movement, Parana.

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como finalidade fornecer algumas “pistas” para os interessados em compreender o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na sua atuação no Estado do Paraná.

Dividimos basicamente o estudo em 3 partes. Na primeira, procuramos mostrar que o surgimento da CPT, enquanto Pastoral Social, deve-se às mudanças ocorridas na doutrina social da Igreja Católica, sendo fundamental o contexto político-social da realidade brasileira, exigindo da Igreja um redimensionamento de sua pastoral no campo. Na segunda parte, apontamos algumas características da CPT, a sua importância histórica no contexto contemporâneo da questão fundiária. Finalizamos essa parte procurando mostrar o que entendemos por

CPT enquanto instituição, isto a partir de seus pressupostos teóricos e de sua prática pastoral. Deixamos a terceira parte para referir-nos diretamente à presença da CPT no Estado do Paraná, apontando para suas especificidades e o relacionamento com o movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

2. O NASCIMENTO DA CPT

O surgimento da CPT ocorreu de forma oficializada em 1975, durante a XIV Assembléia Geral da CNBB. Inúmeros fatores sócio-culturais e políticos constituíram o “húmus” que permitiu o seu nascimento no seio da Igreja Católica.

Assim, passaremos a analisar esta problemática em dois momentos. No primeiro, faremos um histórico institucional geral da moderna doutrina social da Igreja, buscando apontar para os

* Professor do Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Câmpus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

† Professor do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Câmpus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

fatores internos que propiciaram o surgimento da CPT com sua atual linha de ação pastoral. No segundo momento, faremos um rápido histórico político imediato do Brasil, da política agrária durante o período do governo militar, buscando apontar para as condições externas, que criaram a necessidade de se instituir um órgão com as características da CPT.

3. UM HISTÓRICO INSTITUCIONAL DE CARÁTER GERAL

Contemporaneamente a Igreja Católica promoveu uma transformação em sua doutrina social. Esta atingiu sua estrutura institucional como um todo, permitindo rever e questionar a sua práxis histórica milenar.

A mudança inicia-se, pelos menos publicamente, com a edição em 1891 da encíclica *"Rerum Novarum"*. O então Papa Leão XIII rompe com o silêncio da Igreja, levando para dentro dela os problemas pelos quais passavam os operários europeus, em função do nascente capitalismo industrial. No entanto, mesmo defendendo o direito dos operários se organizarem em sindicatos, Leão XIII propõe uma doutrina social baseada na idéia de se confiar na *"bondade dos ricos e na paciência dos pobres"*. A doutrina emergente, com o passar dos tempos, foi sendo modificada, chegando ao ápice na Europa com o Concílio Vaticano II e, na América Latina, com a estruturação da chamada *"Teologia da Libertação"*.

Passadas duas grandes guerras mundiais e uma série de ditaduras na Europa (Nazismo, Fascismo, Salazarismo, Franquismo, etc.), o Papa João XXIII, ao constatar que nada havia melhorado, e percebendo a desatualização da instituição frente aos problemas sociais modernos, convoca em 1962 o Concílio Vaticano II,

com o intuito de renovar a Igreja, colocando-a como porta-voz das pessoas injustiçadas. A ordem era renovar a Igreja, criando uma instituição inserida nos problemas sociais, um instituição que criticasse o poder, em vez de simplesmente submeter-se a ele. Daí o fato de o Concílio gerar dentro da Igreja o chamado *"aggiornamento"*, ou seja, o processo de abertura e inserção no mundo.

Em 1965, termina o Concílio Vaticano II; então os bispos latino-americanos convocam a II CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana) em 1968, na cidade de Medellín. O objetivo desta reunião era o de adaptar as especificidades da Igreja do continente às conclusões do Concílio.

Em Medellín, os bispos reforçam a idéia de que o mundo passa por uma injustiça estrutural, cuja principal conseqüência é a formação da pobreza nos países de terceiro-mundo. Decidem criar uma Pastoral Social (deixando de lado a pregação sacramental como era de costume), seguindo duas linhas de atuação:

- valorizar as Comunidades Eclesiais de Base, dando ênfase aos leigos;
- optar preferencialmente pelos pobres, dando ênfase à juventude.

Devemos observar que, neste processo de amadurecimento de uma nova doutrina social, levada a cabo pela Igreja latino-americana, ocorre o rompimento com a então hegemônica tradição/pastoral constantiniana (atrelamento da Igreja ao Estado). Estas decisões de Medellín têm como conseqüência direta o surgimento da *"Teologia da Libertação"*. Por isso, Carlos Bezerra afirma: *"Podemos dizer que a Teologia da Libertação começa a gestar-se desde 1960 a 1968, do Vaticano II a Medellín; sua formulação e*

desenvolvimento chegam ao auge a partir de Medellín".¹

Esta teologia constituiu-se na primeira teologia do mundo que nasceu da periferia, tentando responder de forma crítica (usando categorias histórico-científicas, e não somente metafísico-teológicas) aos problemas pertinentes do seu contexto social concreto. Tornou-se sem dúvida no pilar institucional para o surgimento de movimentos/pastorais diretamente voltados para questões político-sociais. Esta teologia, ao fornecer uma sedimentação às mudanças que estavam acontecendo dentro da própria instituição, propiciou a formação de diversas pastorais sociais, como exemplo a própria CPT.

Esta moderna doutrina social da Igreja dá mais um "passo" à frente. Em 1979, na cidade de Puebla, os bispos latino-americanos se reúnem para a III CELAM. Durante esta conferência reafirmam e superam os propósitos de Medellín, pois, enquanto neste o lema era "criar um novo homem para mudar a realidade", naquele decidiu-se "mudar para se ter um novo homem". Percebam que de Medellín a Puebla a doutrina da Igreja avança de uma postura idealista para uma postura mais prática e concreta.

Vamos nos ater de forma mais detalhada sobre a Teologia da Libertação, porque, ao entender suas características, importância e significado, estaremos em condições para compreender o que é a CPT, já que esta decorre daquela em diversos aspectos.

4. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Do que já foi exposto acima, percebemos que a Teologia da Libertação é fruto de um longo processo. Processo

que gestou uma nova/moderna doutrina social dentro da Igreja Católica, trazendo para a Igreja latino-americana a necessidade de uma teologia que fundamentasse uma nova prática pastoral, até aquele momento marcada pela convivência com a exploração econômica e política do continente.

Neste sentido, esta teologia é fruto de um longo processo histórico, que vagarosamente foi se estruturando dentro das diversas instâncias da Igreja. Constituiu-se em uma teologia voltada principalmente ao questionamento da miséria e do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, convertendo-se rapidamente em uma crítica ao sistema capitalista e às suas relações neocoloniais². Em razão disto nos fala Carlos Bezerra: "*a Teologia da Libertação se fixa no desconforme do Criado, a miséria, pobreza, com o Criador, na dor e na luta para mudar essa situação. Não lhe interessa a analogia, e sim a dialética, a ruptura com a injustiça*".³

Com esta nova teologia, os intelectuais, bispos, padres, freiras e leigos, começaram a construir uma nova Igreja. E coube ao peruano Gustavo Gutierrez, em 1971, com a obra "*Teologia da Libertação*", fornecer as primeiras premissas justificando teologicamente a existência de uma só história, rompendo com o tradicional dualismo alienador: "*Céu e Terra*". Esta Igreja, com a nova teologia, passa a pregar um Deus histórico, presente no mundo e ao lado do povo, compadecido com a sua miséria. Esta aos olhos dos novos teólogos por utilizarem determinadas categorias marxistas de

² É importante isto, pois foi o principal argumento que aparece no Documento Santa Fé II, para justificar a perda de confiança na Igreja Católica e insistir no projeto de consolidação das Igrejas Pentecostais na América.

³ Bezerra, C, op. cit. p. 123.

¹ Bezerra, Carlos. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1987, p. 09.

análise, era fruto de um sistema que valorizava o capital e desumanizava o homem. Vemos que esta teologia difere radicalmente da teologia tradicional: enquanto esta se preocupava com questões morais-individuais vinculadas à própria Igreja Católica, tais como sexo antes do casamento, confissão, comunhão, missa, etc., aquela se preocupa com problemas ético-sociais vinculados ao sistema sócio-econômico, concentração da terra, latifúndio, fome, desrespeito aos direitos humanos.

A Teologia da Libertação se torna uma teologia da denúncia. E sua cristologia defende a idéia de que ainda hoje “os cristos” - os meninos de rua, os sem-terras, os favelados, estão sendo crucificados pela miséria absoluta da América Latina⁴. Ora, esta concepção de um Cristo-Filho histórico, “gente como a gente”, é consequência direta da concepção de um Deus-Pai histórico e, como tal, eles, Pai e Filho, buscam para a sua criação primeiro a felicidade material e terrestre; depois, e somente depois, a felicidade celeste. Por isso, a Igreja passa a criar organizações populares, como meio de conquistar direitos, transformando realmente a vida do povo pobre e infeliz⁵.

Neste quadro, os novos teólogos rompem com a velha idéia de que necessariamente a religião é “*ópio do povo*”. Segundo eles, o ideal de uma sociedade igualitária é o ideal de Deus e Cristo para a terra, entendendo que este Deus não fica só no puro desejo, e sim instituiu as Igrejas, dado o seu caráter ecumênico, para que fossem seus porta

vozes. Entendem Deus como aquele que abençoa a todos que lutam pelo povo e com o povo -brancos/negros, cristãos/não-cristãos- e castiga todos os que, guiados pela ganância de riqueza, empobrecem a maioria das pessoas.

Foi uma teologia que nasceu da Igreja Católica, mas em função de sua proposta ecumênica, em seus meros 15 anos de auge (1970-1985), expandiu-se entre luteranos e alguns setores das Igrejas Evangélicas. Consagrou-se como uma proposta forte, e ainda hoje consagra-se, apesar de duramente combatida na última década.

Resgatou a dimensão profética da Igreja, denunciando e anunciando a necessidade de “*novos tempos*”. Neste sentido, todos os que se colocaram em sua proposta de trabalho viveram pelo mundo “*afora*”, denunciando o êxodo rural como forma de enriquecimento dos donos do capital industrial, as ditaduras militares por serem peças centrais de um jogo, onde todos jogavam, mas só alguns ganhavam. Denunciaram o latifúndio, porque nega o mais elementar direito do homem: “*o direito à terra*”, anunciando a reforma agrária, e fazendo inúmeros mártires em prol desta luta. Denunciaram os baixos salários e a massificação das pessoas através das ideologias dominantes.

Enfim, promoveu o mais radical rompimento com a milenar tradição constantiniana da Igreja, representando uma volta ao cristianismo primitivo que lutou contra o Estado romano opressor e as leis injustas. Por isto, a necessidade de resgatar o exemplo de São Francisco de Assis, Bartolomeu de Las Casas e tantos outros que, em época de cristandade (junção da Igreja e Estado) e luxos, optaram por um trabalho entre os pobres e jovens. Quando em Medellín resolveu-se optar preferencialmente pelos pobres, os padres começaram a abandonar seus

⁴ A respeito pode ser lido nosso trabalho “A Questão da modernidade e do não-ser”, Revista Unimar, Maringá, 15 (1) abril, 1993, p. 1 - 6.

⁵ É interessante neste sentido lembrar a letra da música “Admirável Gado Novo”, de autoria de Zé Ramalho, que fala diretamente desta problemática.

grandes seminários e residências, e passaram a inserir-se nas favelas e bairros pobres⁶.

Nestes lugares subumanos, conscientizavam as pessoas a se organizarem e reagirem diante da exploração. Começaram a surgir as Comunidades Eclesiais de Base, CEBS, que no Brasil, inicialmente se espalharam nas grandes cidades do Nordeste (Natal e Recife) e depois rapidamente por todo o país, nas cidades e no campo. Tanto que em 1975 já havia cerca de 100.000 comunidades organizadas. Houve esta expansão porque todos tinham algo a reivindicar quanto aos seus direitos básicos: saúde, alimentação, moradia, terra, etc. Neste sentido, a fala de Michael Lowy é interessante: *“a nível de Igreja, a grande mudança foi a emergência das CEBS, principalmente no Brasil, onde elas reúnem milhões de Cristãos, da mesma forma que em menor escala, no conjunto do continente latino-americano”*⁷.

Esta Teologia propôs um trabalho popular-libertador e não assistencialista como é a prática comum da Igreja. Como resultado da sua proposta e prática foi e está sendo duramente perseguida tanto pelo poder político-econômico, como por parte da própria Igreja, particularmente o setor denominado de ala conservadora. O Vaticano, em 1984, em seu documento *“Instruções sobre a Teologia da Libertação”*, alertava os cristãos sobre os perigos desta teologia, acusando-a de diluir o mistério de Cristo na história, e de ser uma teologia marxista. Duramente retaliada pelo Vaticano, a Igreja latino-americana assistiu de *“camarote”* ao fechamento de seminários, divisões de

dioceses, padres proibidos de se pronunciarem publicamente, e nomeação de bispos conservadores. Assim, novamente nos fala Michael Lowy: *“atualmente, a tática do Vaticano é de replicar, não no terreno teológico... mas no do poder episcopal: pela nomeação sistemática de bispos conservadores...”*⁸.

Obviamente, da parte do poder econômico-político as manobras foram grandes, inclusive o envio direto de dólares do governo norte-americano para algumas Igrejas que usavam a religião para domesticar o povo, perpetuando os interesses do imperialismo no continente americano.⁹

5. O HISTÓRICO POLÍTICO-IMEDIATO NO BRASIL

Para entender por que a CPT foi criada, em meados da década de 70, devemos nos ater sobre o momento político-imediato pelo qual passava o Brasil.

Em 1964, com a instauração da ditadura militar, deu-se início a um processo de *“colonização”*, com caráter de urgência, na região Norte do país. Esta medida político-agrária visava deslocar a mão-de-obra nordestina, iniciando o desenvolvimento da chamada Amazônia Legal, dentro do espírito capitalista de produção agropecuária, criando as chamadas empresas rurais.

Para atingir esta meta, já em 1964, o então presidente Castelo Branco aprovou o *“Estatuto da Terra”*, dando um corpo jurídico às empresas rurais, e foram criados durante os governos militares diversos órgãos e programas afins, tais como a SUDAM e o INCRA, o

⁶ Cf. Macedo, C. *Tempo de gêneses: o povo das comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁷ Lowy, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Ed. Cortez, 1991, p. 46.

⁸ *Ibidem*, p. 45.

⁹ Cf. Lima, D. de. *Os demônios descem do norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

PROTERRA, a POLAMAZÔNICA, a estrada TRANSAMAZÔNICA. Por isso nos diz Carmela Panini:

*“Os governos do regime militar fazem do Estatuto da Terra um programa de política agrícola que se consubstancia na ocupação dos espaços ‘vazios’ da Amazônia e na modernização da agricultura. Esse programa é viabilizado ainda no governo Castelo Branco, por meio de política de incentivo à agropecuária, a extração de minerais e de vegetais, segundo os modelos de crescimento do capitalismo”*¹⁰

O objetivo deste desenvolvimento e integração era, além de modernizar as áreas mais distantes do país, esvaziar as áreas de tensões do Nordeste, palco de possíveis convulsões sociais (saques, ocupações de terras), politicamente organizadas pelas Ligas Camponesas.

O fato é que o governo federal, ao dar prioridade à implantação das empresas rurais, estimulou a formação de grandes latifúndios, gerando inúmeros conflitos entre os pequenos proprietários (posseiros antigos das terras) e os novos “*donos*”, os grileiros.

Assim, no limiar da década de 70, a região Norte transformou-se no principal foco de conflitos agrários. Diante do descaso do Estado, do atrelamento dos sindicatos de trabalhadores rurais aos latifundiários, da ineficiência da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, devido a constantes intervenções dos militares e frente às injustiças e grilagens que estavam ocorrendo, uma série de bispos, religiosos

e leigos, organizados basicamente por D. Pedro Casaldáliga, desde 1971, começaram a reivindicar uma posição da Igreja diante do fato.

Por isso, durante uma assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, realizada em Goiânia no ano de 1975, decidiu-se criar uma Comissão Pastoral permanente, com autonomia diante da própria CNBB. O objetivo desta Comissão seria acompanhar os principais focos de tensão (Norte e Centro-Oeste), com o intuito de defender os posseiros ou os trabalhadores rurais contra os latifundiários, a exemplo do Conselho Indígena Missionário, CIMI, que vinha atuando na defesa dos índios frente à invasão dos latifundiários e mineradores.

Em um breve espaço de tempo, esta Comissão percebe que os conflitos atingiam outros estados do Brasil, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, etc. pois, como afirma Martins, “*um trabalho como o da CPT logo alcançou dimensão nacional. Não havia luta pela terra só na Amazônia. Havia-a, também, no Sul, no Nordeste. De todo lado chegavam notícias*”.¹¹

No Paraná, a CPT oficializou-se no final da década de 70, com o conflito da construção da hidroelétrica de Itaipu, que inundou as terras de 10.000 famílias na região fronteira com o Paraguai. Diante da precária proposta da Itaipu, um grande número de desapropriados iniciou, com apoio da CPT, o “*Movimento Terra e Justiça*”, por meio do qual organizadamente reivindicavam melhores negociações por suas terras inundadas.

¹⁰ Panini, Carmela. *Reforma agrária dentro e fora da lei*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1990, p. 93.

¹¹ Martins, J. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*, Petrópolis: Vozes, 1985, p. 94.

6. CONSIDERAÇÕES INTERMÉDIAS

Podemos afirmar, a partir do que já foi exposto, que o nascimento da CPT com sua linha de ação, mais que fruto da CNBB, foi obra direta do “aggiornamento” da moderna Igreja Católica, que culminou na Teologia da Libertação. E com uma eclesiologia horizontal, e não mais vertical, ao valorizar os leigos. Estes fizeram da Igreja a sua instituição, podendo opinar e decidir. Prova disto é que, em pouco tempo, a exemplo da CPT, outras pastorais (Pastoral do Menor, Pastoral Carcerária, Pastoral de Favela, etc.) disseminaram-se pela América Latina, todas atuando em seus respectivos espaços de luta, por direitos básicos para a população pobre. Sérgio Sauer chega a afirmar que,

“a partir de Medellín e Puebla, o desenvolvimento e os avanços do pensamento teológico feitos pela Teologia da Libertação são, basicamente, os responsáveis pelos avanços eclesiais e pelo surgimento ou fortalecimento das pastorais populares e dos próprios movimentos populares. Num processo de reflexão-ação, a Teologia da Libertação, fortemente influenciada pelos clamores do povo latino-americano e pelas experiências de solidariedade junto a este povo, foi a principal base teórico-eológica da atuação pastoral das igrejas no meio popular”¹².

Isto se deve ao momento político pelo qual passava a conjuntura brasileira, onde a Igreja enquanto instituição, sentiu a necessidade de intervir. Naquele momento, os trabalhadores rurais estavam sem uma

organização apta a representá-los diante dos conflitos agrários. Diante deste quadro, a CPT, em um primeiro momento, foi uma voz isolada, por estar diretamente ligada à luta dos direitos dos trabalhadores rurais do Norte e Centro-Oeste.

7. A CPT ENQUANTO INSTITUIÇÃO

A CPT, dentro de seu trabalho na questão agrária, opta preferencialmente por trabalhar com bóia-frias, sem-terras e pequenos proprietários, valorizando dentro de sua estrutura funcional a participação dos leigos. Como podemos perceber, neste item segue as indicações de Medellín e Puebla. Assim diz Ivo Poletto: “a CPT tenta ser um serviço à causa dos camponeses e trabalhadores rurais...”¹³.

Sua segunda característica é que ela não se propõe a ser vanguarda na luta pela reforma agrária, tomando como objetivo “servir de apoio” aos movimentos populares, grupos e associações que lutam direta ou indiretamente em alguma área da questão fundiária. Em função disto, não se define por um projeto político, quanto ao uso e posse da terra, procurando com esta medida não ser entendida como um partido ou movimento popular. Atua como uma espécie de “serviço educativo”, privilegiando a sua atuação no campo da denúncia e no apoio político-pedagógico (serviço educativo) aos grupos que se organizam na luta pela terra.

Sobre esta característica, Cândido Grzybowski afirma que “o chamado serviço educativo[...], prestado pela CPT, deve ser pensado e analisado como uma ação política, no sentido rigoroso da

¹² Sauer, S. *Inserção e prática pastoral das Igrejas - acampamentos e assentamentos-Desafios para a CPT*. Ed. Loyola, 1993, p. 19.

¹³ Poletto, I. *A CPT e a questão agrária*. In.: *A Igreja e a questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 146.

palavra, pois aponta direção para as lutas e formas de organização dos colonos¹⁴.

Como terceira e última característica, destacamos o ecumenismo. Na CPT, mesmo na direção, pode participar qualquer pessoa, de qualquer credo. Prova deste ecumenismo está na sua autonomia frente à própria CNBB, ou seja, apesar de sua criação estar diretamente ligada à instituição católica, organiza-se com liberdade de decisões em sua ação pastoral. Diferencia-se de uma Pastoral do Menor, por exemplo, cujas decisões tomadas em uma assembléia nacional são revistas e referendadas pela CNBB¹⁵.

Podemos estabelecer que a principal importância histórica da CPT, nos seus quase 20 anos de existência oficial, está na sua atuação político-pedagógica.

Ao procurar atuar como um "serviço educativo", acabou ao longo dos anos proporcionando grande incentivo à formação de organizações civis o que se concretizou de variadas formas, de região para região. Na região Sul do Brasil, por exemplo, em vários casos a CPT conseguiu instrumentalizar parte da estrutura da Igreja local, sensibilizando os fiéis para a luta pela reforma agrária e outras lutas afins através da construção de uma rede de solidariedade entre os vizinhos, articulada a partir "dos padres" inseridos na CPT. O resultado foi a conquista de terras para Reforma Agrária, isto em razão do apoio logístico que ela efetiva.

Na prática, a CPT, dentro deste objetivo político-pedagógico, foi a principal instituição responsável pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, organização civil-popular surgida na região Sul em 1984. Atualmente, resguardando as suas devidas especificidades, a CPT apresenta-se nos conflitos de terra através da intermediação entre a luta pela terra e a sociedade¹⁶.

Esta proposta pedagógica "conscientizadora" vai além da pura pregação e torna-se uma proposta política clara, em razão da qual uma parte da estrutura da própria Igreja acaba comprometendo-se na luta pela terra, "despertando-os [aos agricultores] para uma visão da realidade não mais submissa e conformada, como era antes pregado pela Igreja tradicional"¹⁷.

Poderíamos definir a "largos passos" a CPT como um movimento político-religioso. Um amálgama entre política e religião, que encontra suas diretrizes básicas e sua justificativa teórica na Teologia da Libertação e na realidade brasileira.

Ela se constitui como movimento político por envolver-se diretamente nos problemas agrários, defendendo uma

¹⁴ Grzybowski, C. A CPT e os colonos do Sul do Brasil. In.: *A Igreja e a Questão Agrária*, São Paulo: Loyola, 1985, p. 249.

¹⁵ "Considero importante assumir duas coisas, sem negar nenhuma. Na verdade a CPT não é CNBB. É um organismo pastoral, reconhecido pela Conferência de Bispos, mantendo com ela uma relação de colaboração e de crítica comuns, e ao mesmo tempo não é juridicamente CNBB". Poletto, I. Op. cit.

¹⁶ Sobre esta questão do MST, João P. Stédile e Frei Sérgio nos afirmam que: "Não havia nenhum contato entre uma ocupação e outra. A partir de 1981, passaram a acontecer então encontros entre as lideranças dessas lutas localizadas. Esses encontros eram promovidos pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns encontros eram no próprio estado, outros a nível regional e, finalmente, como resultado desta articulação das várias lutas que estavam acontecendo, realizou-se o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. Esse encontro nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, a nível nacional, que iria se organizar para lutar por terra e pela reforma agrária". Stédile, J. e Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil*, São Paulo: Scritta, 1993, p.30.

¹⁷ *Ibidem*, p.33.

reforma agrária, apontada como solução para o êxodo e denunciando a exploração dos latifundiários e a injusta concentração de terras.

Conserva-se como movimento religioso, porque nasceu e desenvolve-se dentro de instituições religiosas, realizando toda a sua luta política em função da fé cristã. Por isso, não podemos defini-la propriamente como uma sociedade civil organizada, já que o seu pilar de sustentação concentra-se em uma instituição externa, a Igreja Católica.

Outro fator que nos leva a esta conclusão é o fato de a CPT não buscar um projeto político para a terra, como o faz o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST). Por não ter um projeto claro e preciso, estabelece a idéia de que quem deve fazer isto deve ser o próprio povo organizado. Preservam, então, uma certa independência frente às posturas políticas, dando maior ênfase ao seu lado religioso.¹⁸

8. A CPT NO PARANÁ

A CPT inicia sua ação pastoral no Paraná no contexto da modernização agrícola. Na realidade, o capital começou a recolonizar a região tentando reagrupar a estrutura fundiária e as relações sócioeconômicas do campo, em função do capital agro-industrial, submetendo a agricultura à sua lógica, que acabava exterminando de vez com a antiga organização dos "colonos", baseada na propriedade familiar.

Prova cabal de que este processo de modernização estava sendo posto em prática pelo Estado¹⁹ foi o início das construções de hidroelétricas, podendo-se destacar a usina de Itaipu. Cabe ainda dizer que esta construção era uma das fases necessárias para a efetivação do projeto, cuja idéia básica era integrar o campo à cidade, com a hegemonia desta.

Esta recolonização, ao redefinir o espaço agrário, subsidiado por subvenções estatais, começa a gerar uma mobilidade no bojo da população rural, atuando entre os "colonos" como um processo de seleção ou exclusão, para os não-adaptados às novas condições impostas.

Em razão destas diretrizes políticas, os "colonos" (pequenos proprietários, arrendatários, semi-assalariados-agregados, parceiros, posseiros) começaram a reagir. Ganharam maior peso político, ao se organizarem em diversas áreas de luta, tais como: luta por preço nos produtos ("*Justiça e Trabalho*" dos suinocultores-PR.), luta por indenizações - em função de obras públicas (rodovias e hidroelétricas) - tais como: "*Movimento Terra e Justiça*" em função da barragem de Itaipu, MASTRO - PR, e outras lutas afins, como financiamento da lavoura, luta pela cidadania, etc.

Esta modernização/recolonização, na verdade, era parte de um processo de integração (uma integração submissa) do campo à cidade, procurando viabilizar uma melhor exploração dos recursos rurais pelo capitalismo urbano-industrial.

Ao expulsar os agricultores, o processo de modernização avançava, por garantir maior concentração de terras, propiciando o surgimento da chamada

¹⁸ Por isso afirma Ivo Poletto: "*Como organismo de serviço, de apoio, [...] não cabe à CPT ter o seu projeto de reforma agrária, ou de 'transformação agrária'. Se o tivesse, passaria a ser um partido político, ou um movimento de camponeses e trabalhadores rurais.*" Poletto, I. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In.: A Igreja e a questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985, p. 147.

¹⁹ A tese de doutorado de Pereira, L. **O Estado e as Transformações recentes da agricultura paranaense**. Recife: Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 1987. p. 206.

"*empresa rural*" (cuja produção está diretamente integrada ao processo agro-industrial), e por propiciar um êxodo rumo às capitais e cidades de porte médio.

Em função deste novo contexto político-agrário, inicia-se uma série de conflitos com os agricultores que resistiam ao êxodo e ao processo de marginalização de sua pequena produção. Nesse contexto local, a ação da CPT se desenvolve com o objetivo de mediar e até organizar os trabalhadores rurais, como aconteceu nos primeiros anos de luta.

Podemos afirmar que a estruturação da CPT está diretamente ligada a dois fatores: primeiro, ao início do projeto de modernização que marginalizava os agricultores, fazendo deles uma vez mais objeto de meandros do poder dominante; segundo, à coragem dos próprios agricultores de se organizarem coletivamente, enquanto grupo social, desafiando o poder econômico-político.

É indiscutível que estas organizações coletivas recebem e receberam um apoio direto das Igrejas²⁰ através da CPT. Sua atuação consiste em tentar criar bases concretas para uma unificação da forças e uma identidade política e social dos diferentes segmentos de agricultores. Os movimentos, uma vez articulados, têm criado novas condições políticas para a questão agrária, chegando até mesmo a canalizar seus interesses e lutas como classe.

E apesar de muitos organismos de representação, inclusive de esquerda, estarem interpretando estas organizações como lutas pré-políticas, os resultados não se têm restringido à conquista da questão imediata, a terra, mas sim repercutindo em

organizações mais amplas e permanentes, por estarem hoje, através de lutas específicas, subvencionando um projeto político maior e mais sistemático.

A CPT, nesta região, segue diretrizes comuns, determinadas pela CPT nacional em assembléia. Não há, portanto, especificidades no âmbito da direção, mas sim quanto à problemática social enfrentada no campo. Aqui, trabalha-se diretamente com agricultores, cuja realidade específica dá as conotações básicas do trabalho pastoral das Igrejas através da CPT. Somente a partir de agora iniciou-se um trabalho de conquista da terra, com os volantes (bóia-frias) do norte de Paraná, na cidade Paranapoema (1994).

O que implica desenvolver um trabalho diferenciado, não mais centrado na especificidade hegemônica do agricultor. Isto porque o "bóia-fria", predominante do noroeste do estado, é uma espécie de trabalhador rural bem diferente dos agricultores do sul e oeste paranaense, quanto à sua concepção de vida e ideal de luta.

Particularmente na região oeste do Paraná, podemos analisar a presença da Comissão a partir de dois momentos.

O primeiro momento foi a sua articulação direta com o movimento dos expropriados pela usina hidroelétrica de Itaipu. Coube à CPT intervir na questão da desapropriação, organizando a partir de 1978 os agricultores prejudicados. Em razão desta articulação, é criado em 1980 o "*Movimento Terra e Justiça*", que acabou por fazer desta questão específica (a desapropriação) um fato político, gerando sérios questionamentos à política governamental. Este movimento durou até 1982, quando foram pagas as indenizações.

Outro momento claro, quanto à atuação da CPT dentro dos movimentos,

²⁰ Sader, E. *Quando novos personagens entraram em cena: a experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

no oeste do Paraná, está na sua atuação junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Em 1982, é organizado no oeste do Paraná o MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste, como um desdobramento do “*Movimento Terra e Justiça*”, envolvendo milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e tendo como principal base de apoio, organização e direção a CPT. O MASTRO desenvolveu-se organizando os colonos sem-terra até o ano de 1984, quando se integrou com outros movimentos e ocupações de alguns estados do Brasil²¹, formando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), consolidando como princípios a luta pela terra, a reforma agrária e a luta por uma sociedade mais justa.

Passado algum tempo após a criação do MST, este começou a distanciar-se de suas origens “*igrejeiras*”²², iniciando-se uma fase conflitiva entre a CPT e o MST. Em uma entrevista com Pe. Zenildo, ex-coordenador estadual da CPT, ao responder sobre a história do relacionamento das duas organizações, diz ele: “...no final da década de 80 houve um conflito [...], em função de que o movimento estava realizando ocupações sem uma proposta de discussão”²³.

No entanto essa ruptura, dada pelas diferenças na ação, segundo Elson, ex-membro da direção estadual do MST no Paraná, foram modificadas: “*hoje, de 5 anos para cá, o relacionamento é tranqüilo, porque a relação amadureceu. Mas houve um período de relação tensa*

entre 87/88, quando o os papéis de cada entidade não estavam claros ...”²⁴.

A fase conflitiva persistiu até o momento em que houve uma remodelação das funções e papéis, quando basicamente, a partir dos anos 90, o MST assume de vez sua postura leiga e política, responsável pela elaboração de políticas agrárias e pela organização direta dos trabalhadores rurais; enquanto a CPT volta-se ainda mais para o seu papel de intermediadora, conseguindo diversas formas de apoio às lutas pela questão da reforma agrária.

Neste sentido, “*hoje na prática o papel da CPT é ser uma ponte entre os trabalhadores e a Igreja Católica, e em um segundo momento ser uma ponte entre a Igreja e a sociedade, denunciando a questão da terra*”²⁵. Assim, tem feito nos últimos anos, através da organização das “*Romarias da Terra*”, que são atos ecumênicos onde se apresenta a discussão da problemática da terra. Transforma esse espaço num momento de reivindicação política.

O recente estudo de Sérgio Sauer²⁶ aponta ainda para este fato, concluindo que nos assentamentos do oeste paranaense a grande parte dos entrevistados responderam que sentiram a maior presença da Igreja/CPT nos momentos mais difíceis da luta pela posse da terra. Mostra ainda Sauer que a atuação da prática pastoral através da pastoral da terra, nos momentos de conflito, prioriza a conscientização política, a organização e motivação dos trabalhadores. Depois de realizado o assentamento, a Igreja volta-se

²¹ Cf. Stédile, J., Frei, S. op. cit.

²² Este termo é utilizado de maneira comum quando se faz referência as origens do MST, pelos próprios dirigentes do Movimento.

²³ Pe. Zenildo Megiatto - Entrevista realizada em 12/06/1994.

²⁴ Elson Borges dos Santos - Entrevista realizada em 20/07/1994.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Sauer, S. Notas para uma interpretação da pesquisa sobre a inserção e prática pastoral da Igreja nos estados do Sul do Brasil. Goiânia: CPT, agosto 1991.

às suas práticas institucionais normais e até conservadoras.

Podemos afirmar que o apoio da CPT ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Paraná se consolida porque esta é uma instituição com extensas redes sociais, por estar vinculada a "Igrejas", o que facilita sua ação mediadora com a sociedade, cooperando também em muitos casos na estruturação interna dos acampamentos de trabalhadores rurais.

A respeito da mediação é fundamental confirmar que este espaço de ação vem-se consolidando, na medida em que a CPT tem exercido um papel decisivo na denúncia das violências cometidas contra os trabalhadores rurais aqui no Estado. Os títulos dos materiais produzidos e distribuídos por esta assim o demonstram: "*Dossier pelo fim da violência e da impunidade no campo. Contra a pena de Morte. Vida, trabalho e dignidade para todos, Reforma Agrária Já*"; "*A história dos sem-terras de Inácio Martins*"; "*Conflitos no campo no Estado do Paraná, nos primeiros 5 meses de 1991. Relato parcial dos fatos relevantes ocorridos no período*"; "*Missa de paz em defesa da vida*"; "*Fim da violência no campo e conclusão do Inquérito da morte do 'Teixeirinha' e punição dos culpados*"; "*Carta aberta*"; "*Nota de esclarecimento*", para citar alguns das centenas de textos elaborados e distribuídos, sem contar ainda com as notícias publicadas, principalmente nos jornais "*Folha de Londrina*" e "*Gazeta do Povo*", os de maior circulação estadual e que comentam as ações da CPT na sua solidariedade com os agricultores sem-terras.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, a história da CPT é marcada pela luta. Uma luta que se

iniciou por todo o Brasil no momento em que determinado setor da Igreja decidiu fazer uma opção pelos trabalhadores rurais.

Ao todo, somam-se quase 20 anos de um percurso marcado pela procura da igualdade e fraternidade, onde seu "*serviço pedagógico*" não se resume ao ensino de um academia, e sim é testado na luta pela terra.

No Paraná temos um dos capítulos dessa história, profundamente conectado com a história do Brasil. Tivemos uma CPT que articulou, intermediou e envolveu as Igrejas na problemática da reforma agrária e hoje continua atuando conjuntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais, depois de reconhecerem as diferenças e assumir seu papel, não de direção política mas sim de ponte entre a "sociedade" e a luta pela Reforma Agrária.

Porém a história do CPT no Paraná nos ensina ser a luta pela transformação da situação do campo não somente um assunto iniciado e terminado na zona rural, mas uma problemática que vai além das cercas. E somente será solucionado através de uma ampla articulação da sociedade que ela optou por conscientizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETIATO, M. *Da Ação Católica à Pastoral da Juventude*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BETTO, Frei. *Socialismo e cristianismo*. São Paulo: (mineo), 1985.
- _____. *Cristianismo e marxismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Prática pastoral e prática política*. Osasco: (mineo), 1979.
- BEZERRA, C. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BIGO, P. & ÁVILA, F. *Fé cristã e compromisso social*, São Paulo: Paulinas, 1982.

- BOFF, L. & BOFF, C. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CASALDÁLIGA, P. **Nicarágua: combate e profecia**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CNBB. **Pastoral da Terra**. São Paulo: Edições Paulina, Estudos CNBB v. 11 e 13, 1981.
- _____. **Conflitos no campo**: Brasil 92 São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. **Conflitos no campo**: Brasil 93. Goiana: Loyola, 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Org). **Conquistar a terra, reconstituir a vida**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **Seminário de avaliação e planejamento da inserção das Igrejas nos acampamentos e assentamentos no sul do Brasil**. Curitiba, 16-20, 1991.
- CONFERÊNCIA DE PUEBLA. **Conclusões**. São Paulo: Paulina, 1979.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documentos da CNBB, Igreja e problemas da terra**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Estudos da CNBB Pastoral da Terra: posses e conflitos**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Pastoral da Terra**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- FAJARDO, F. **Em julgamento a violência no campo**, Petrópolis: Vozes, 1988.
- GRAZIANO, F. **A tragédia da terra**. Jaboticabal: Iglu, 1991.
- GRZKYBOWSKI, C. **A CPT e os colonos do Sul do Brasil**. In.: A Igreja e a Questão Agrária, São Paulo: Loyola, 1985.
- LIMA, D. de. **Os demônios descem do norte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- LOWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação**, São Paulo: Cortez, 1991.
- MACEDO, C. **Tempo de gêneses: o povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS, J. **Conquistar a terra, reconstruir a vida**, Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- NOVAES, R. **Igreja Católica e trabalhadores rurais (notas para discussão)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro ICG/DLCS. 1987.
- PAIVA, M. **Reforma agrária**, São Paulo: Paulinas, 1988.
- PAIVA, V. (Org). **Igreja e a questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- PANINI, C. **Reforma agrária dentro e fora da Lei**. São Paulo: Paulinas, 1990.
- PEREIRA, F. **A questão agrária e o desenvolvimento nacional**. São Paulo: SudeSul, 1987.
- PEREIRA, L. **O Estado e as Transformações recentes da agricultura paranaense**. Recife: Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 1987.
- POLETTI, I. **As contradições sociais e a Pastoral da Terra**. In.: A Igreja e a questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.
- _____. **A CPT e a questão agrária**. In.: A Igreja e a questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985, p. 146.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: a experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- SAUER, S. **Inserção e prática pastoral das Igrejas - acampamentos e assentamentos - desafios da CPT**. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. **Notas para uma interpretação da pesquisa sobre a inserção e prática pastoral da Igreja nos estados do Sul do Brasil**. Goiana: CPT, agosto de 1991.
- STÉDILE, J. e Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.
- _____. **Assentamentos**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- TEIXEIRA, F. **A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo, 1988.
- VEIGA, J. **A reforma que virou suco**. Petrópolis: Vozes, 1990.